

A ESTADO DA EXECUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO (IPSAS)

Introdução

1. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) efetuou, em 1º de janeiro de 2010, a transição das Normas Contábeis do Sistema das Nações Unidas (UNSAS) às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), de acordo com a Resolução CSP27.R18 da 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, aprovada em 5 de outubro de 2007. Esta transição às IPSAS alinha a Organização com a decisão de julho de 2006 da Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme estabelecido na Resolução A/RES/60/283, para que as Nações Unidas implementem as IPSAS no dia 1º de janeiro de 2010.

Antecedentes

2. O 48º Conselho Diretor da OPAS, através da Resolução CD48.R1 (2008) “Uso da receita do Orçamento por Programas recebida em excedente ao orçamento ordinário de trabalho efetivo autorizado 2006-2007”, aprovou a fase inicial da transição às IPSAS. O projeto “Fortalecer a capacidade da Organização para cumprir as IPSAS até 2010” recebeu de imediato uma dotação de US\$300.000.¹ Com esses recursos, a Organização teve condições de:

- (a) contratar um administrador de projeto para a implementação das IPSAS;
- (b) contratar os serviços atuariais profissionais para determinar os passivos de longo prazo relativos a: dias acumulados de férias anuais, auxílio de repatriação e viagem, transporte de móveis e utensílios e seguro saúde pós-serviço;
- (c) assegurar os serviços de um membro do Conselho de IPSAS para prestar assessoria especializada sobre a aplicação das novas normas contábeis, assim como treinamento em toda a Organização sobre as IPSAS; e
- (d) participar como membro no Grupo de Trabalho das Nações Unidas na execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.

¹ Exceto se indicado de outra forma, todas as cifras monetárias neste relatório são expressas em dólares dos Estados Unidos.

Análise da situação

Conclusão das atividades de execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público antes de 1º de janeiro de 2010

3. As atividades de execução que foram concluídas antes da transição de 1º de janeiro de 2010 estão identificadas na tabela “Estado da execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público em 31 de março de 2010” (Tabela 1). Os avanços significativos da execução incluíram:

- (a) aprovação e financiamento do projeto de execução das IPSAS pelos Órgãos Diretivos da Organização;
- (b) revisão e aprovação posterior dos Regulamentos Financeiros e Normas de Gestão da Organização pelos Órgãos Diretivos;
- (c) treinamento institucional sobre as IPSAS, após o qual 1.200 funcionários da OPAS e pessoal associado foram aprovados no teste geral sobre as IPSAS com uma pontuação de 80% ou melhor;
- (d) estabelecimento das políticas, procedimentos e sistemas de informações para a provisão de ingressos, dispêndios, salários, benefícios de cessação de emprego, seguro de saúde do pessoal, etc;
- (e) determinação do “valor justo” dos terrenos e edificações da Organização por avaliadores imobiliários profissionais;
- (f) determinação por atuários profissionais das obrigações de longo prazo da Organização referentes a benefícios de cessação de emprego e seguro saúde pós-serviço;
- (g) estabelecimento das políticas e procedimentos para a capitalização de ativos fixos com valor excedendo \$5.000, assim como os encargos de depreciação associados;
- (h) identificação das categorias de contribuições “em espécie” fornecidas pelos Estados Membros da OPAS, inclusive os serviços dos funcionários e consultores de ministério da saúde, área de escritórios, serviços de utilidade pública, veículos, e outros serviços fornecidos pelos governos;
- (i) identificação dos estoques da OPAS mantidos para venda ou usados para apoiar a missão da OPAS (a venda de medicamentos farmacêuticos, e o armazenamento de medicamentos e vacinas); e

- (j) modificações feitas aos sistemas financeiros da OPAS para atender os requisitos das IPSAS.

Atividades de execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público em curso desde 1º de janeiro de 2010

4. Uma grande parte dos requisitos de execução das IPSAS foi concluída antes do prazo de 1º de janeiro de 2010. As seguintes atividades foram concluídas durante 2010:

- (a) finalização do manual de contabilidade sobre conformidade com as IPSAS, inclusive os procedimentos revisados, à medida que são atualizados durante a aplicação inicial das IPSAS às contas financeiras da OPAS no início de 2010;
- (b) análise das relações legais da OPAS com diversos centros, como o Centro de Epidemiologia do Caribe e o Centro do Caribe de Nutrição e de Alimentação. A meta desta análise é determinar se eles satisfazem os requisitos para serem considerados uma entidade controlada pela OPAS e se devem ser consolidados nas demonstrações financeiras da OPAS;
- (c) determinação da estrutura para apresentação das demonstrações financeiras (segmentos e notas explicativas); e
- (d) discussões com o Auditor Externo da Organização com respeito à aplicação detalhada das IPSAS às atividades da OPAS.

Mudanças nas demonstrações financeiras devidas à execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público

5. Como resultado da execução das IPSAS, as demonstrações financeiras da Organização mudarão significativamente. As mudanças incluirão revisões nos nomes e formatos das demonstrações e nas categorias financeiras e nas cifras apresentadas.

6. Os nomes das demonstrações financeiras da OPAS compatíveis com as IPSAS e sua sequência no relatório financeiro serão os seguintes:

- (a) Demonstração da Posição Financeira (antes conhecido como Balanço Geral);
- (b) Demonstração do Desempenho Financeiro (antes conhecido como o Demonstrativo de Receitas e Despesas e Variação em Saldos dos Fundos);
- (c) Demonstrações de Mutações do Ativo Líquido/Patrimônio Líquido (novo);

- (d) Demonstração do Fluxo de Caixa;
 - (e) Comparação entre Valores Previstos e Reais do Orçamento (antes conhecido como Demonstração de Apropriação Orçamentária Ordinária para o Exercício Financeiro); e
 - (f) Notas, compondo um resumo de políticas contábeis significativas e outras notas explicativas (antes conhecido como Notas Explicativas).
7. Além disso, as mudanças em função das IPAS, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010, resultarão em aumentos e reduções no ativo, assim como aumentos expressivos acompanhados de algumas reduções nas obrigações, como identificado no documento anexo, “Repercussão das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público na Demonstração da Posição Financeira da OPAS” (Tabela 2).
8. Os aumentos do ativo se devem a:
- (a) Acumulação de \$32,4 milhões em saldos de cotas pendentes em 1º de janeiro de 2010.
 - (b) Reconhecimento dos estoques mantidos para venda ou para realizar a missão da OPAS (produtos farmacêuticos).
 - (c) Reconhecimento dos terrenos e edificações da OPAS pelo seu “valor justo”, incluindo os seguinte aumentos:
 - i. aumento de \$33,1 milhões no custo histórico de \$6,9 milhões do edifício sede da OPAS e do terreno em 1965, quando a estrutura foi construída, para o “valor justo” de \$40 milhões em 1º de janeiro de 2010 (\$10 milhões para o terreno e \$30 milhões para o edifício);
 - ii. aumento de \$11,6 milhões no valor das dependências suplementares do edifício da sede da OPAS, avaliado em \$3,4 milhões em 1985, para o “valor justo” de \$15 milhões em 1º de janeiro de 2010. Esta cifra inclui a parte do edifício que é de propriedade da OPAS como resultado da opção de compra total ao final do contrato de arrendamento de 60 anos, em 2045;

- iii. aumento de \$14,7 milhões no “valor justo” das instalações da OPAS em:
 - Buenos Aires, Argentina
 - Bridgetown, Barbados
 - Brasília, Brasil
 - Cidade de Guatemala, Guatemala
 - Porto Príncipe, Haiti
 - Assunção, Paraguai
 - Lima, Peru
 - Caracas, Venezuela
 - iv. portanto, o saldo inicial em 1º de janeiro de 2010 para a categoria de ativos fixos “Bens Imóveis (terrenos e edificações)” registrará um aumento total de \$59,4 milhões refletindo o “valor justo” dos terrenos e edificações da Organização;
 - v. em consequência do terremoto em Porto Príncipe, Haiti, o edifício da representação da OPAS sofreu danos substanciais. Portanto, o saldo inicial em 1º de janeiro de 2010 refletirá o “valor justo” naquela data. Porém, o saldo final em 31 de dezembro de 2010 refletirá o estado do terreno e do edifício no final de 2010.
- (d) Acumulação de juros ganhos na carteira de investimentos da Organização. Os juros acumulados nesta carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2009 totalizavam \$1,5 milhão, incluídos no saldo inicial de 1º de janeiro de 2010.
- (e) Acumulação do valor de mercado da carteira de investimentos. O valor contábil dos investimentos da Organização em 31 de dezembro de 2009 era de \$154,86 milhões. Porém, o seu valor de mercado era de \$156,07 milhões, excluindo o aumento de \$312.600 no valor de mercado das reservas para o Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e de Repatriação. Portanto, o aumento líquido de \$1,21 milhão no valor de mercado da carteira está refletido no saldo inicial de 1º de janeiro de 2010.
9. Podem ocorrer aumentos ou reduções nos investimentos devido ao reconhecimento do valor de mercado ou “valor justo” dos instrumentos de investimentos na carteira da Organização no final de cada exercício financeiro. Esses aumentos e diminuições refletem as mudanças nos mercados financeiros.
10. É esperada uma diminuição nas obrigações devido à execução do “princípio de entrega”, segundo o qual os serviços e produtos devem ser concluídos ou entregues até o

último dia do exercício financeiro para que os dispêndios sejam refletidos nas demonstrações financeiras.

11. Haverá aumento das obrigações devido ao reconhecimento pela primeira vez nas demonstrações financeiras da Organização dos benefícios futuros de cessação de emprego para o pessoal atual e de seguro saúde pós-serviço para os funcionários e aposentados atuais.

- (a) As obrigações para benefícios futuros de cessação de emprego para o pessoal atual em 1º de janeiro de 2010, conforme determinado pelos atuários profissionais, totalizavam \$9,9 milhões. Desde 1972, a Organização provisiona 6% dos salários líquidos para esta obrigação. Até 1º de janeiro de 2010, a Organização tinha um saldo de mercado de \$32,2 milhões disponíveis para cobrir a valoração atuarial de \$9,9 milhões para esta obrigação, que resultou em um saldo líquido de \$22,3 milhões.
- (b) Portanto, o saldo de \$22,3 milhões foi transferido do Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e de Repatriação para ajudar no custeio da valoração atuarial do seguro saúde pós-serviço, que reflete o custo previsto dos dispêndios futuros com seguro saúde dos funcionários e aposentados atuais.
- (c) O seguro saúde pós-serviço, de acordo com o determinado pelos atuários profissionais, resultou em uma obrigação atuarial de \$202,5 milhões. Após creditar a transferência de \$22,3 milhões da provisão para benefícios de cessação de emprego, a obrigação líquida de seguro saúde pós-serviço diminuiu para \$180,2 milhões.
- (d) Além disso, a Organização ajustou de 6% para 2% a provisão dos salários líquidos para benefícios de cessação de emprego visando um melhor alinhamento com os recursos financeiros exigidos para atender esta obrigação. Os 4% restantes irão agora ajudar no atendimento das obrigações de seguro saúde pós-serviço.

12. Em função desses aumentos e diminuições no ativo e no passivo da Organização, o total da obrigação não financiada em 1º de janeiro de 2010 montava \$85,7 milhões. Esta obrigação não financiada originou-se principalmente do reconhecimento pela primeira vez nas contas financeiras da Organização da obrigação de \$202,5 milhões referentes a seguro saúde pós-serviço. Os Estados Membros talvez queiram considerar a possibilidade de financiar as obrigações não financiadas de \$85,7 milhões em 30 a 40 anos.

Custos recorrentes associados à execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público

13. A execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público resultará em diversos custos recorrentes para as seguintes atividades:

- (a) auditorias anuais das demonstrações financeiras da Organização pelo Auditor Externo;
- (b) serviços de atuários profissionais para valorar as obrigações de longo prazo da Organização;
- (c) serviços de avaliadores imobiliários profissionais para valorar os terrenos e edificações de propriedade da Organização; e
- (d) serviços de peritos de investimentos financeiros para valorar a carteira de investimentos da Organização.

Desafio principal associado à execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público

14. Um dos desafios observados na execução das IPSAS foi as limitações no sistema financeiro e contábil atual da Organização (o Sistema de Informações para Gestão da Contabilidade Financeira, FAMIS) e o Sistema de Informações para Gestão de Escritório projetado pela OPAS (OMIS), usado pelas Representações dos Países para apoiar as normas de contabilidade por regime de competência. Um sistema moderno financeiro poderia prestar apoio sólido à contabilidade por regime de competência e às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, resultando em melhores informações financeiras em tempo real em toda a Organização.

15. Como parte da análise geral dos sistemas de informações para a gestão institucional da Organização, o Comitê de Sistema de Informações de Gestão Institucional da OPAS está avaliando as análises dos processos empresariais relacionadas a orçamento, finanças, folha de pagamento, recursos humanos e outras atividades e transações. A intenção é identificar as lacunas entre os processos empresariais atuais e as melhores práticas do setor.

Ação solicitada do Conselho Diretor

16. Convida-se o 50º Conselho Diretor a analisar este relatório de progresso relacionado à execução das IPSAS pela OPAS para dar orientação e recomendações a este respeito.

Anexos

Tabela 1: Estado da execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público em 31 de julho de 2010

Requisitos/atividades	Concluído	Em curso
1. Receber aprovação e financiamento de Órgãos Diretivos para executar as IPSAS em 2010	√	
2. Receber acordo dos Auditores Externos para realizar as auditorias anuais das contas financeiras da OPAS a partir de 2010	√	
3. Implantar a Política de Reconhecimento de Despesas para todos os fundos	√	
4. Ministrar treinamento institucional introdutório em IPSAS	√	
5. Executar a contabilidade dos gastos pelo regime de competência: registrar os compromissos financeiros no ano que a obrigação é assumida—ou seja, na conclusão ou entrega de serviços e produtos: - Política de reconhecimento de despesas—contabilizar as atividades, os produtos e serviços no ano correspondente - Salários—contabilizar e pagar mensalmente o salário de cada mês - Benefícios estatutários (ou seja, subsídios de educação e viagem, licença para visitar o país de origem, etc.)—contabilizar mensalmente a porcentagem conforme o ganho e pagar à medida que forem solicitados - Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (CCPPNU)—contabilizar mensalmente a porcentagem conforme o ganho e transferir fundos CCPPNU para o pagamento de benefícios de pensão futuros - Seguro de saúde do pessoal—contabilizar mensalmente a porcentagem conforme o ganho e pagar à medida que for solicitado	√ √ √ √ √	
6. Valorar as obrigações de longo prazo - Cálculo interno da OPAS: - Provisão dos benefícios de cessação de emprego (ou seja, férias anuais, auxílio de repatriação/viagem e transporte de móveis e utensílios domésticos) - Valoração atuarial profissional - Provisão do seguro saúde pós-serviço (ASHI) - Provisão dos benefícios de cessação de emprego (ou seja, férias anuais, auxílio de repatriação/viagem e transporte de móveis e utensílios domésticos)	√ √ √	

Requisitos/atividades	Concluído	Em curso
7. Capitalizar o “Ativo Fixo” • Uma nova categoria de Ativo Fixo (ou seja, Propriedade, Planta e Equipamento) criada nas contas financeiras da OPAS • Para cada “ativo fixo” que exceda \$5.000 será determinada uma vida útil e a depreciação será contabilizada como despesa • Os gerentes devem assegurar o controle e arrolamento do ativo fixo	√ √ √	
8. Identificar as “contribuições em espécie” na OPAS—ou seja, serviços do pessoal e consultores do Ministério da Saúde, área de escritórios fornecidos pelos ministérios, serviços de utilidade pública, etc.	√	
9. Identificar os estoques da OPAS mantidos para a venda ou usados para apoiar as missões—ou seja, medicamentos, etc.	√	
10. Determinar que entidades serão consolidadas nas demonstrações financeiras da OPAS—ou seja, centros, etc.	√	
11. Obter avaliações atuais dos terrenos e edificações permanentes da OPAS	√	
12. Apresentar as alterações propostas nos Regulamentos Financeiros e Normas de Gestão para os Órgãos Diretivos: 144º Comitê Executivo, 49º Conselho Diretor e 145º Comitê Executivo • Provisão de receitas • Capitalização e depreciação do ativo fixo • Reconhecimento de obrigações de longo prazo • Auditorias anuais externas	√ √ √ √	
13. Estabelecer aplicação das normas de contabilidade IPSAS nas contas da OPAS	√	
14. Desenvolver e executar as modificações no sistema financeiro e de informações para apoiar as IPSAS • Provisão de receitas • Provisão de despesas • Capitalização e depreciação do ativo fixo	√ √ √	
15. Ministrando o treinamento institucional em IPSAS		
• Treinamento “especializado” por um membro do Conselho de IPSAS • Aprovação do pessoal da OPAS no teste de IPSAS	√ √	
16. Finalizar o manual de contabilidade • Políticas e procedimentos • Emissão das demonstrações financeiras	√ √	
17. Determinar os saldos iniciais para todas as contas na Demonstração da Posição Financeira	√	

Tabela 2: Repercussão das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público na Demonstração da Posição Financeira da OPAS

Conta	Impacto inicial no Ativo e Passivo	Aumento/<diminuição> em US\$ milhões	Observações
Ativo			
Caixa ou Equivalente de Caixa	—	—	—
Contas a Receber:			
- Cotas	Aumenta o ativo	32,4	Contabilização dos saldos das quotas não pagas até 31 de dezembro de 2009.
- Outras	—	—	—
- Transferências Entre Órgãos: OMS/PAHEF/Centros	—	—	—
Estoques (produtos à venda)	Aumenta o ativo	—	Nova categoria com o reconhecimento dos estoques mantidos à venda (medicamentos, etc.).
Ativos Fixos (propriedade, planta e equipamento)			
- Terrenos e Edificações	Aumenta o ativo	59,4	Terrenos e edificações reconhecidos pelo “valor justo” de 1º de janeiro de 2010 determinado por avaliadores imobiliários profissionais.
- Outros Ativos Fixos	Aumenta o ativo	—	Reconhecimento de novos ativos com valor > \$5.000 em 1º de janeiro de 2010 e execução de despesas de depreciação.
Investimentos	Aumenta/ diminui o ativo	1,5 1,2	Acumulação de juros em investimentos. Acumulação do valor de mercado da carteira de investimentos, não incluindo a acumulação do valor de mercado das reservas para Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e de Repatriação.

Conta	Impacto inicial no Ativo e Passivo	Aumento/<di minuição> em US\$ milhões	Observações
Obrigações e Fundos			
Contas a Pagar:			
- Receitas Diferidas	—	—	Fundos recebidos antecipadamente do reconhecimento/execução.
- Obrigações a Liquidar	Diminui obrigações	—	Provisão das obrigações para serviços/produtos concluídos/entregues no final do exercício financeiro (ou seja, ano civil para OPAS).
Benefícios de Cessação de Emprego	Aumenta obrigações	<9,9> 9,9	Provisão de despesas futuras com benefícios de cessação de emprego para o pessoal atual, determinada por atuários profissionais. Financiamento disponível.
Seguro Saúde Pós-emprego (ASHI)	Aumenta obrigações	<202,5> 22,3	Provisão de despesas futuras com seguro saúde para pessoal e aposentados atuais, por atuários profissionais. Financiamento disponível, inclusive a provisão do valor de mercado das Reservas para Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e Repatriação.
Fundo de Capital de Giro	—	—	
Superávit/Obrigações Não Financiadas	Aumenta/ Diminui	<85,7>	Variação líquida devido às IPSAS—ou seja, obrigações não financiadas de \$85,7 milhões.